

A Doutrina Donroe nas eleições brasileiras



» NATALIA FINGERMANN
Professora de relações internacionais da ESPM

» RAFAEL IORIS
Professor de história da University of Denver

Após o primeiro turno de 2026, muitas críticas foram lançadas sobre a campanha de Lula, em especial sobre sua atuação nas redes sociais. Embora sejam relevantes essas análises, elas ignoram a atuação dos atores externos no processo eleitoral em curso. O governo dos Estados Unidos, em especial, tem reativado formas de promover seus interesses na América Latina, valendo-se de táticas utilizadas em esquemas de guerra híbrida.

A primeira tática é sempre mais visível e utiliza de diferentes formas de coerção, inclusive para desviar atenção do que está de fato ocorrendo. A segunda é de menor visibilidade e se vale de meios intermediários de desinformação. Já a terceira tática é quase invisível ao direcionar a desinformação àqueles suscetíveis a uma mudança de comportamento no pleito eleitoral, hoje em grande parte realizada por meios digitais.

A primeira tática teve sua mais clara demonstração na imposição de novas tarifas alfandegárias em julho de 2025, justificada como uma

forma de retaliação à condenação de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. Porém, a eficiente resposta do governo Lula em defender os interesses nacionais forçou uma reversão de curso por parte dos EUA. Assim, em seguida, o governo Trump lançou uma nova linha de ataque ao designar organizações criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, como grupos terroristas contra os quais as forças militares norte-americanas se arvoravam o direito de agir.

Ainda nessa mesma linha, os EUA ameaçaram retomar medidas retaliatórias com o intuito tributar o Pix e, mais recentemente, o Departamento de Estado norte-americano reforçou a ideia de uma ameaça terrorista desenfreada no Brasil ao decidir fechar sua embaixada e consulados nas vésperas do primeiro turno, indicando que os EUA estão hoje dispostos a se valer de diferentes medidas para garantir a eleição de aliado automático aos interesses estadunidenses.

A segunda frente de ação apresenta um menor grau de visibilidade, já que acontece por canais indiretos a partir do financiamento de organizações associadas a formar novos movimentos políticos, em especial liderados por jovens de extrema-direita. Tais ações foram chave para o sucesso da Operação Lava-Jato. E, agora, vazamentos recentes publicados na *Folha de S.Paulo* e no *The Guardian* mostram o direcionamento de recursos financeiros para organizações locais, com o propósito de desestabilizar aquelas instituições governamentais que tendem a ser um “empecilho” às trapaças.

O primeiro caso refere-se à vinda da ONG do vice-presidente JD Vance, Rockbridge Network, enquanto o segundo trata do financiamento a uma instituição não identificada com o intuito

de desgastar politicamente o Supremo Tribunal Federal (STF). Sem ainda termos conhecimento mais preciso, sabemos que o escândalo do Banco Master se voltou contra o STF, afrouxando a fiscalização da Corte na lentidão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A terceira frente se dá no ambiente digital, em especial no direcionamento de notícias falsas produzidas para perfis mapeados pelos algoritmos com o objetivo de reverter votos ou até mesmo desestimular o comparecimento no dia da eleição. Com o cancelamento injustificado de contas de influencers de esquerda, o bloqueio temporário da página de Lula, a derrubada de postagens verídicas e o uso de técnicas shadowban, que reduzem a visibilidade de uma conta ou publicação sem informar claramente seu responsável, a plataforma Meta foi denunciada pela campanha de Lula à Organização dos Estados Americanos (OE) após o primeiro turno. Além disso, jornalistas da Agência Pública indicam que a campanha de Flávio Bolsonaro se beneficiou também pelo maior impulsionamento e o oferecimento de criptomonedas àqueles que compartilhavam conteúdo a favor do candidato.

Essas três frentes de atuação revelam que a disputa eleitoral não se limita às fronteiras nacionais, mas se insere em uma dinâmica mais ampla de projeção de poder dos Estados Unidos que reaparece na América Latina sob uma nova roupagem da Doutrina Monroe, a chamada Doutrina Donroe. É nesse cenário que o segundo turno ganha uma dimensão maior do que a disputa entre dois candidatos. Hoje, estão em jogo: a soberania brasileira, os limites da ingerência externa e o direito dos brasileiros decidirem, por si mesmos, o futuro do próprio país.

Os próximos governos terão de priorizar a questão docente



» HAROLDO ROCHA
Diretor-geral do Movimento Profissão Docente

» CAMILA NAUFEL
Diretora de gestão institucional e políticas docentes do Movimento Profissão Docente

Pergunte a qualquer brasileiro o que faz uma escola ser boa, e a resposta, quase sempre, virá acompanhada de uma palavra: professor.

É o que mostra a mais recente pesquisa encomendada ao Instituto Ideia pelo Todos Pela Educação e outras cinco organizações. Ao serem convidados a descrever, espontaneamente, o que é uma escola de qualidade, os entrevistados citaram, em segundo lugar (logo após respostas genéricas como “bom ensino”), professores bem preparados, comprometidos e motivados. O mesmo levantamento, entretanto, expõe um contraste incômodo: para 56% dos brasileiros, professores não são valorizados pela sociedade.

A percepção encontra respaldo no diagnóstico dos próprios professores. Dados recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que apenas 44,3% dos docentes brasileiros dos anos finais do ensino fundamental estão satisfeitos com suas condições de trabalho. Entre 38 países e economias analisados, o Brasil ocupa a 36ª posição. Na média internacional, a proporção chega a 68,4%.

Esse paradoxo de reconhecer a importância dos docentes sem de fato valorizá-los também apareceu no debate educacional das eleições deste ano. Entre as prioridades colocadas em discussão, apareceram questões como recomposição de aprendizagens, alfabetização na idade certa, ampliação do tempo integral, expansão do ensino técnico e incorporação da tecnologia à sala de aula. São agendas legítimas e necessárias. Para que avancem, entretanto, precisam caminhar junto com políticas docentes consistentes para quem vai implementar essas mudanças dentro da sala de aula.

Um estudo de 2024 do Instituto Península e da Fundação Getúlio Vargas mostra que não há nada dentro da escola (seja infraestrutura, seja material didático ou seja gestão) com impacto semelhante ao que o professor tem sobre a aprendizagem. Priorizar políticas docentes, portanto, é investir na variável escolar de maior impacto.

A população parece perceber isso. Na já mencionada pesquisa do Todos Pela Educação, que ouviu 20 mil pessoas, a resposta mais repetida nas cinco regiões do país — 53% das vezes — sobre as prioridades da educação para os próximos anos foi “melhorar salários e condições de trabalho dos professores”. “Formação docente” aparece em quarto lugar, com 37%.

Vale olhar, brevemente, como a agenda docente se conecta a algumas das prioridades educacionais que estiveram presentes no debate eleitoral.

Tome-se a alfabetização na idade certa, uma das prioridades presentes no debate educacional. A qualidade da formação inicial de quem alfabetiza é parte central dessa agenda, exigindo integração entre teoria e prática e inserção em escolas reais, experiências formativas que dificilmente são plenamente reproduzidas a distância. Sem a qualificação da formação das licenciaturas em pedagogia, o país não conseguirá dar sequência à melhoria da alfabetização das crianças.

A mesma conexão aparece no ensino em tempo integral. Expandir o modelo exige a criação de jornadas de 40h e alocação de professores em apenas uma escola, enquanto o Brasil está prestes a viver uma onda inédita de aposentadorias. Um estudo do Movimento Profissão Docente projeta que 57,5% do efetivo das redes estaduais poderá se aposentar até 2034, o que torna o planejamento da reposição do quadro docente uma questão imediata e uma grande oportunidade.

Por fim, a incorporação da tecnologia à sala de aula se enquadra num contexto semelhante: boa parte de seu potencial depende de o professor ter, ao longo da carreira, oportunidades concretas para desenvolver conhecimentos e práticas relacionados ao uso da tecnologia. Um diagnóstico do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da FEA-RP/USP (Lepes-USP), em parceria com o Movimento Profissão Docente e a Fundação Lemann, avaliou as condições institucionais da formação continuada em 17 estados e no Distrito Federal e não encontrou um único caso considerado “adequado” ou mesmo “exemplar”. Apenas duas das 18 redes avaliadas sabem dizer se as formações que oferecem realmente mudam a prática docente.

São três exemplos, que não esgotam a lista, mas mostram como a agenda docente se conecta a outras das maiores prioridades para a educação brasileira hoje. Seja na alfabetização, seja no tempo integral, seja no investimento em tecnologia, priorizar formação, carreira e condições de trabalho dos professores ajuda a criar as condições para que políticas se convertam em práticas pedagógicas eficazes.

Seja qual for a agenda dos próximos governos, os professores estarão na linha de frente de sua implementação. Colocá-los também no centro do planejamento educacional é condição indispensável para transformar a educação brasileira.



O MEI, o perdão e o recado para quem pagou em dia



» ALEXANDRE VASCONCELOS LIMA
Estatístico, mestre em economia e professor do IDP

Quando o microempreendedor individual (MEI) foi criado, em 2008, o público era claro: o pipoqueiro, a vendedora ambulante, a manicure, o pedreiro, gente que trabalhava por conta própria sem nenhuma proteção social. Com uma contribuição mensal fixa e baixa, passaram a ter direito a aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão. Era, antes de tudo, uma política de inclusão previdenciária.

Com o tempo, o MEI tornou-se também a porta de entrada para o empreendedorismo. Abrir um MEI é muito mais barato e simples do que abrir uma microempresa (ME): não exige contador, os tributos cabem num boleto mensal fixo e as obrigações se resumem a uma declaração anual. Nos últimos anos, mais de 1 milhão de CNPJs foram abertos por ano nesse formato, e os MEIs passaram a ser a maioria das empresas do Simples Nacional.

É nesse contexto que o governo anunciou, na semana passada, o Prospera MEI. O pacote prevê perdão integral das dívidas dos MEIs com a União, compra de débitos bancários, apoio de até R\$ 5 mil sem devolução, elevação do teto de

faturamento e dispensa de nota fiscal nas vendas a pessoas físicas. O perdão, que depende do Congresso, alcançaria 3,6 milhões de microempreendedores e R\$ 12,6 bilhões em débitos. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional considera essas dívidas, em grande parte, irrecuperáveis. Somam-se a isso cerca de R\$ 6 bilhões em dívidas bancárias que o governo pretende comparar com desconto mínimo de 90% e até R\$ 5 bilhões do PixMEI em quatro anos.

Sempre que vejo notícias de perdão de dívidas tributárias, ou de renegociações com desconto de 100% em multas e juros, penso no microempreendedor que sacrificou parte do lucro para manter o boleto em dia. Que recado o Estado passa a ele? O de que a pontualidade foi uma escolha ruim. Quem pagou arcou com o custo integral; quem não pagou terá a dívida apagada.

Os economistas chamam isso de risco moral: quando alguém é protegido das consequências dos seus atos, tende a se arriscar mais. É o motorista que dirige com menos cuidado porque sabe que o carro está segurado. Será que os beneficiados ficarão em dia com seus tributos? Ou passarão a acumular débitos à espera do próximo programa? Quando o perdão se torna recorrente, o empreendedor aprende a esperar por ele, e o boleto deixa de ser prioridade sempre que o caixa aperta. O mesmo raciocínio pode atingir quem hoje está adimplente e começa a se perguntar por que continuar pagando.

Isso não significa negar apoio. O cenário econômico é adverso, o crédito está caro e muitos pequenos negócios lutam para sobreviver. Mas

as consequências desses incentivos vão bem além dos R\$ 12,6 bilhões estimados, porque o custo real inclui a mudança de comportamento de milhões de contribuintes.

Há também a questão do teto. O limite de R\$ 81 mil anuais não é corrigido há oito anos, mas elevá-lo para R\$ 140 mil em 2028 pode desviar o regime do seu objetivo original. São R\$ 12 mil de faturamento por mês, e quem fatura isso já não é tão pequeno. Um MEI paga, ao longo do ano, muito menos que uma microempresa no Simples, considerando o mesmo faturamento. Essa diferença é ainda maior se considerar que o MEI não necessita de contador. Empresas do mesmo tamanho, disputando o mesmo mercado, pagariam valores muito diferentes.

A lei tenta preservar o foco com uma lista de atividades permitidas ao MEI. Mas essa delimitação parece insuficiente. Afinal, qual a diferença entre um promotor de vendas, que pode ser MEI, e uma consultoria especializada em vendas, que não pode? Na prática, muitas vezes, nenhuma: a atividade é parecida, o cliente é o mesmo e muda apenas o nome da ocupação. Com um teto mais alto, fica ainda mais difícil separar o trabalhador por conta própria do profissional qualificado que escolhe o enquadramento mais barato.

Apoiar o microempreendedor é necessário. Mas boas políticas públicas precisam olhar também para quem fez a sua parte e para os incentivos que se criam para o futuro. Sem isso, o MEI corre o risco de deixar de ser uma ponte para a formalidade e virar um atalho permanente.